



CRES 2018

EL PAPEL ESTRATÉGICO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN EL DESARROLLO SOSTENIBLE DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Pedro Henríquez Guajardo

Coordinador

Con la colaboración de:

Anapátricia Morales Vilha

Annette Insanally

Carlos Netto

César Villegas

Claudio Rama

Denise Leite

Elizabeth Sosa

Emilio Rodríguez-Ponce

Enrique Ravelo

Héctor Sauret

Imanol Ordorika

Jane Fraga Tutikian

José Tavares dos Santos

Lucía Fraca

María Luce

Marília Morosini

Orlando Albornoz

Rafael Núñez

Ricardo Cuenca

Sandra de Deus

Sandra Gift

Tonatiuh Soley

Wrana Maria Parizzi

REPENSANDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E AL CARIBE: PRINCÍPIO, MISSÃO E VALORES INSTITUCIONAIS

Carlos Alexandre Netto

Coautores:

Denise Leite

Jane Fraga Tutikian

José Tavares Dos Santos

María Luce

Marília Morosini

Sandra de Deus

Wrana Panizzi

Instituição do conhecimento e do saber, a universidade é fortemente associada à concepção de futuro, tanto pela reflexão crítica acerca do passado e do presente e a formação de jovens, quanto pela geração de conhecimento e de inovação. Desta compreensão nasce a esperança que a sociedade projeta no fazer acadêmico. Enfrentado crises financeiras e vendo questionadas sua autonomia e relevância social, a universidade da América Latina e do Caribe (AL e C), do século XXI é desafiada a repensar o papel da educação superior para o desenvolvimento da região, isto é, a repensar seu papel e a projetar seu futuro enquanto instituição.

A defesa da Educação Superior como bem público, direito humano e responsabilidade social do Estado é um dos pilares da reflexão aqui apresentada. Elemento fundamental para a conquista da cidadania, a educação superior é motor do desenvolvimento humano sustentável e elemento de integração regional e internacional. Seguindo este princípio, as instituições de ensino superior vêm atuando na ampliação do acesso, na inclusão, na geração de conhecimento e de inovação, e na inter-relação com os outros níveis de ensino para oferecer soluções aos complexos desafios sociais presentes nos países da América Latina e do Caribe.

Atendendo ao convite do Iesalc/Unesco, o Grupo de Trabalho CRES, formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, promoveu um Ciclo de Conferências com o objetivo de discutir com a comunidade universitária os eixos temáticos definidos pela organização da CRES 2018, a partir de agosto de 2017. Foram conferencistas dirigentes universitários e acadêmicos com experiência de gestão ou especialistas nos temas escolhidos, ligados a instituições públicas ou comunitárias (para os detalhes veja o Anexo, ao final desse capítulo).

O presente capítulo é resultado de construção dialógica que envolveu as discussões acontecidas no Ciclo de Conferências e em outros eventos sobre o tema, realizados na Universidade. Seu objetivo é apresentar uma reflexão crítica, dentre tantas possíveis, sobre a universidade latinoamericana e caribenha do futuro, em seu movimento de transformação para enfrentar as questões locais e globais que afligem os países da região.

UM PRINCÍPIO

Reafirmamos o princípio basilar de que Educação Superior é bem público e dever do Estado, expresso e defendido nas Conferências Regionais e Conferências Mundiais de Educação anteriores (Unesco-Iesalc, 2008). Todo cidadão tem direito à Educação Superior de qualidade e acesso ao conhecimento, e é dever dos governos a manutenção da educação superior

pública gratuita e com responsabilidade social e ambiental. A coexistência dos sistemas público e privado de Educação superior, especialmente nos países em que a cobertura do sistema público não atinge percentual mínimo da população em idade escolar, é realidade incontornável; porém deve haver adequada regulação por parte das instâncias competentes para evitar práticas mercantilistas.

Recentemente, a Unesco iniciou a discussão de que a educação superior é um bem comum mundial,¹ conceito ancorado nos fortes movimentos e –interesses– de internacionalização da educação. Mais do que uma mudança semântica, a nova definição traz embutida pelo menos duas importantes ameaças:

1. A proliferação de instituições internacionais, privadas, que oferecem serviços educacionais de forma globalizada;
2. A diminuição do papel do Estado no financiamento, na oferta e na regulação da educação superior, num movimento contrário a expansão e ao esforço de inclusão, com qualidade, que vem acontecendo em alguns países da região. O risco de mercantilizar a educação é real e traz de volta os ventos da exclusão, pois só terá acesso ao «serviço da educação» quem puder pagar por ele. Tal cenário é exatamente oposto ao princípio reafirmado.

As políticas de expansão da oferta de educação superior na região atingiram expressivo resultado. A taxa bruta de matrícula subiu de 21 % para 43 % em 10 anos (no Brasil está em 35 %); hoje as 10 mil instituições de ensino superior atendem mais de 20 milhões de estudantes (Morosini, 2017). Parte deste contexto, as instituições privadas de educação superior estão presentes em toda região, com impacto bastante heterogêneo. Enquanto no Uruguai há poucas instituições, no Brasil 75 % dos estudantes universitários estão na rede privada; surpreende o fato de que uma empresa educacional internacional, com vários campi, possui mais estudantes do que todo conjunto das mais de 60 universidades federais do país. Ademais, o governo federal mantém dois Programas, Prouni e Fies, para custear as matrículas de estudantes pobres em instituições privadas que custam aos cofres públicos quase 50 % do total de recursos investidos na rede federal. Assim, seria possível antever a paradoxal situação de descompromisso crescente com a educação pública e um maior investimento nas instituições privadas para o custeio dos novos estudantes (pois há um crescimento vegetativo do número de matrículas).

1 V. <https://unesdoc.org/images/0023/002326/2326972.pdf>

O Brasil já vive um momento singular e adverso de desinvestimento da educação superior. A Emenda Constitucional 95/2016, proposta do atual Governo para amenizar a crise econômica congelando o gasto público por 20 anos, causou diminuição de mais de 50 % do orçamento de investimentos das universidades federais em 2017; e a proposta de lei orçamentária para 2018 é ainda mais crítica (Cardoso Amaral, 2017). Sem dúvida, há real ameaça ao sistema público de educação superior e, mais uma vez, faz-se necessário defender a universidade pública.

A soberania dos países da AL e C depende do acesso à educação de qualidade. Para todo Estado democrático, a educação é um dos mais importantes investimentos sociais, pois capacita as pessoas e a sociedade a exercer liberdade de escolhas e de construir seu caminho para o futuro. Portanto, há que comprometer os poderes públicos com financiamento crescente da educação.

MISSÃO DA UNIVERSIDADE LATINOAMERICANA E CARIBENHA

A reunião de universidades em associações e redes regionais, sobretudo nas últimas três décadas, demonstra a motivação de seus dirigentes em trabalhar de forma articulada e em pensar «uma universidade latinoamericana e caribenha». Talvez devido a questões burocráticas, ou à falta de políticas governamentais, ou mesmo ao pouco envolvimento das comunidades, ainda hoje é difícil perceber características de unidade regional entre tantas instituições. Na realidade, esta articulação é um processo que ainda ensaia seus primeiros passos, já que permear o âmago da missão institucional exige forte compromisso interno. A discussão continuada no âmbito das Conferências Regionais e dos diversos grupos e comissões das associações e redes, pontuadas por algumas ações concretas, representam pequenos, mas significativos, avanços.

A grande heterogeneidade dos sistemas de educação superior entre os países da região é fator que agrega complexidade quando o desafio é estabelecer missões, valores e políticas em comum. Há sistemas universitários de dimensão continental, como o brasileiro (com mais de 7 milhões de estudantes; um terço da população discente da região); universidades com tradição de quase 5 séculos convivem com jovens instituições; e há várias formas de organização e avaliação da pós graduação, bem como instâncias de acreditação, entre outras características distintas.

Mesmo assim, a partir de uma perspectiva regional, é possível definir a missão da universidade em dois grandes eixos: um eixo transformador e um eixo integrador. Desde a criação das primeiras universidades do Ocidente, há

8 séculos, a universidade transforma as pessoas e a sociedade ao seu redor. Ao democratizar o acesso ao conhecimento e ao saber, oportuniza a construção da educação que liberta e contribui para a conquista de cidadania. E através da formação dos estudantes, da geração de conhecimento e da ação de projetos sociais, artísticos e culturais, também transforma e faz evoluir a sociedade. Com as mais variadas formulações, esta talvez seja a missão consignada em grande parte dos Estatutos das universidades. A especificação da missão acadêmica será discutida adiante.

O eixo integrador representa algo mais recente e inovador. As experiências de mobilidade acadêmica, envolvendo estudantes e docentes, especialmente aquelas entre instituições das redes e associações regionais, demonstram que é possível compartilhar algumas metas institucionais e melhorar a formação pessoal e humanística dos envolvidos (Netto, 2016). O convívio, o respeito e a tolerância exercitados contribuem para estreitar o conhecimento entre os povos e pavimentar uma cultura de paz. Algumas questões a serem colocadas: -Podem as universidades contribuir para a integração da região da América Latina e Caribe? -As universidades da região podem definir propósitos acadêmicos comuns? São desafios que precisam ser considerados com responsabilidade.

VALORES INSTITUCIONAIS

A longevidade da instituição universitária atesta sua importância para a organização e o desenvolvimento da sociedade. Atravessando os séculos, com maior ou menor grau de inserção social e sempre à frente de seu tempo, a universidade gestou grande parte dos processos disruptivos e do avanço civilizatório resultantes da reflexão crítica e da geração de conhecimento. Este sucesso é derivado dos valores institucionais e da capacidade de diálogo. Pois valores não sofrem obsolescência, independem de estruturas burocráticas e motivam comportamentos que favorecem a vida em sociedade.

- **Honestidade e ética** são constitutivos para a instituição que busca o saber, a verdade, a ciência e a beleza. São valores centrais em qualquer tempo histórico, especialmente no atual momento em que uma grave crise moral e ética abala sociedades e estruturas de governo na região.
- **Autonomia é valor interno** fundamental para o desenvolvimento institucional. Reivindicada desde o Manifesto de Córdoba, ela hoje é ressignificada para ir além dos distintos arcabouços legais, e busca real liberdade acadêmica e administrativa, gestão orçamentária plena e escola não tutelada de dirigentes nas universidades públicas (Panizzi, 2017).

- **A pertinência** é um valor que distingue as universidades realmente comprometidas com a sociedade. Inseridas e dependentes da sociedade ao seu redor, a universidade deve colocar-se ao dispor para articular suas necessidades, demandas e oferecer estratégias de solução; assim a universidade estará em sintonia com a sociedade. E a maior presença da universidade na sociedade gera o movimento complementar, no qual a sociedade estará mais presente na universidade fazendo um ciclo virtuoso de pertencimento. É nessa troca que a instituição se consolida e conquista significado.
- A já comentada expansão das universidades e as políticas de ação afirmativa, que garantem o acesso a grupos anteriormente excluídos, trouxeram à centralidade o respeito como importante valor (De Deus, 2018). A proximidade de pessoas oriundas de extratos sociais e culturais muito distintos cria condições de convivência com diversidade e multiculturalidade que são inéditas, exigindo respeito mútuo, muito além da simples tolerância. Há que abraçar a diversidade conviver, pois a simples aceitação dos diferentes pode criar guetos e aprofundar ainda mais as diferenças e separações.
- **Responsabilidade ambiental** e social vem sendo incorporadas ao fazer universitário, de forma sistemática, desde a edição Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, firmada pela Cúpula das Nações Unidas em 2015 (Naciones Unidas Brasil, 2015). Esta exaustiva Agenda, com 17 ambiciosos objetivos, tem como pilares o fortalecimento da paz universal com mais liberdade; a erradicação da pobreza; a educação de qualidade e o desenvolvimento sustentável. Além dos objetivos que tratam especificamente da educação de qualidade, em todos os demais está implícito um relevante papel para as universidades (Oppermann, 2017). O respeito ao planeta e a todas as formas de vida tornou-se elemento transversal na pauta acadêmica.
- **Justiça social e solidariedade** são outros dois valores que embasam a nova universidade latinoamericana e caribenha. Tomando o exemplo do Brasil, o reconhecimento da exclusão de classes menos favorecidas e de negros e indígenas da universidade, deu origem a uma corajosa e bem-sucedida política de ação afirmativa que vem mudando o perfil dos estudantes das instituições públicas, e também das privadas. A inclusão garantida pelo sistema de reserva de vagas é fator de mobilidade social e de resgate de cidadania (Luce, 2017). Solidariedade e justiça social também motivam inúmeros programas sociais, especialmente de extensão universitária, bem como a participação da universidade na agenda de políticas públicas.

A universidade avança com o tempo. Algumas transições são disruptivas, como o Movimento Reformista de 1918 (Leite, 2017) ou o março de 1968, mas grande parte das mudanças acontece como movimentos contínuos e pouco perceptíveis, são metamorfoses. Mudanças que atendem a motivos singulares, às vezes derivadas de distintas visões políticas, e que vão, cada vez mais, aproximando a universidade da sociedade. Esta capacidade dialógica de reconstruir-se, derivada do próprio exercício do ensino-aprendizagem, é uma característica constitutiva da universidade. Assim como os valores acima discutidos, constitui a base sobre a qual se deve pensar a universidade do futuro.

ALGUMAS PROPOSTAS

Tendo renunciado à torre de marfim, a universidade ainda precisa estabelecer infinitas pontes para sentir e integrar-se à sociedade, e assim contribuir para a concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é importante reafirmar a missão universitária articulando ensino, pesquisa, extensão e regionalização, todos ressignificados face à complexidade social e epistêmica hoje presentes. O avanço das tecnologias de informação e comunicação impõe o desafio de dar nova organização ao conhecimento e caberá ao professor assumir novo papel na condução do processo de ensino e aprendizagem. Há que incluir pessoas, comunidades e seus saberes, e disponibilizar para a sociedade os avanços do conhecimento e a inovação produzida; bem como resgatar o compromisso público estatal para com a universidade.

ARTICULAR ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO SEGUINDO O EIXO DA REGIONALIZAÇÃO

A universidade é instituição com dinamismo próprio fortemente marcado pela constante renovação de sua comunidade e pelo acúmulo de novo conhecimento incorporado aos currículos dos cursos. Sensível às demandas da sociedade, é importante que o avanço acadêmico tenha também o vetor da regionalização, isto é, da «visão da universidade latinoamericana e caribenha». Sugerimos:

- Promover transformação pedagógica e curricular, considerando: a) formação inter e transdisciplinar ampla e flexível, que incorpore a interculturalidade e as artes; b) inovações educativas e o potencial das Tecnologias da Informação e Comunicação; c) um novo papel para os professores e pesquisadores, que produzem conhecimento em situações de ensino-aprendizagem; d) responsabilidade e consciência social no sentido de construir uma cidadania latino-americana.

- Integrar graduação e pós-graduação, ampliando as oportunidades formativas, bem como definir claramente agendas de pesquisa científica socialmente relevantes (Amaral, 2017) e programas de apoio à ciência com recursos financeiros, públicos e privados, suficientes e estáveis.
- Valorizar a extensão, com atribuição de créditos para as atividades, e os programas de voluntariado.
- Criar outras oportunidades de transferência de conhecimento, pois a sociedade ainda pouco se beneficia do vasto conhecimento gerado pela pós-graduação; novos espaços são necessários para aproximar universidade e sociedade para impulsionar inovação, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável.

BUSCAR QUALIDADE ACADÊMICA
EM TODAS AS INSTÂNCIAS E CRIAR
CULTURA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO

A busca incessante da qualidade em todas as atividades institucionais é princípio inerente às universidades que cultivam valores como honestidade, ética e pertinência. Buscar fazer da melhor forma possível e atingir os melhores resultados, tendo como finalidade atingir o compromisso social da universidade. Enquanto processo, a conquista da qualidade depende de avaliação, que deve ser tanto interna quanto externa.

A cultura da avaliação deve ser construída tendo a transparência como um de seus pilares. É desejável estabelecer alguns critérios comuns para facilitar a comparabilidade para definir programas de desenvolvimento institucional característicos das universidades da região.

A avaliação externa fica ao encargo de agências e outras instâncias soberanas de avaliação e acreditação. Igualmente, é preciso avançar para definir critérios mínimos comuns que permitam uma forma de acreditação pública e integrada, através de acordos governamentais.

PROMOVER INTERNACIONALIZAÇÃO
ACADÊMICA COM CARÁTER REGIONAL

A partir das inúmeras experiências bem sucedidas de internacionalização Norte-Sul, definir políticas e ações Sul-Sul, com foco específico na América Latina e Caribe (Amaral, 2017). É necessário estimular programas de Mobilidade, sem fins lucrativos, para estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo; programas de cooperação acadêmica de pesquisa e de

extensão; programas conjuntos de pós-graduação e de co-tutelas, bem como de Duplos-Diplomas de Graduação.

Também sugerimos promover uma internacionalização solidária com a participação da comunidade universitária, baseada em princípios democráticos de participação para garantir o direito a educação e ao conhecimento e reduzir as assimetrias entre os países da região.

APROFUNDAR OS COMPROMISSOS DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

A universidade latinoamericana tem compromisso profundo de disponibilizar acesso ao conhecimento e a formação para toda a sociedade. Tal compromisso abrange:

- Os outros níveis de ensino, tanto a partir da formação inicial e continuada de professores, como pela renovação de técnicas, materiais e metodologias inovadoras (10);
- Os grupos sociais nas mais diversas situações de vulnerabilidade, através de projetos de inclusão, de combate à pobreza, e de inovação e empreendedorismo social; justiça social
- As ações de responsabilidade social e participação em iniciativas como observatórios para tratar as questões sociais relevantes a partir de abordagem multidisciplinar ou transdisciplinar (13), como: pobreza, violência, água e mudanças climáticas, por exemplo;
- Ações acadêmicas integradas alinhadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável (Oppermann, 2017).

CONQUISTAS AUTONOMIA E MELHORAR PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

Os modelos de gestão e as práticas de escolha dos dirigentes universitários são temas importantes e recorrentes na instituição universitária. Tendo avançado muito no vetor da democracia interna e da profissionalização da gestão, há grande diversidade de práticas que talvez possam ser discutidas, com olhar comparativo, para avançar. É fundamental envolver, cada vez mais, toda a comunidade universitária nas instâncias de representação e de gestão (De Castro, Araújo y Nabarro, 2018).

A discussão da autonomia universitária, isto é, seu estatuto legal em termos da Constituição de cada um dos países da região, é algo mais complexa. Para além do formalmente estabelecido, há as práticas de cada governo

que, de alguma forma, comprometem a autonomia acadêmica e financeira das universidades (Panizzi, 2017) e, conseqüentemente, sua sustentabilidade. É muito importante resgatar o compromisso político e orçamentário dos governos com a universidade pública, gratuita e de qualidade, requisito essencial para seu exercício de autonomia (Rolim, 2017; Trindade, 2017). A tutela do governo ao processo de escolha dos dirigentes máximos, nas instituições públicas, precisa ser revisto.

CONSOLIDAR O ESPAÇO REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A criação do Espaço de Encontro Latinoamericano e Caribenho de Educação Superior, ENLACES, na declaração final da CRES 2008, celebrada em Cartagena de Índias, na Colômbia (Unesco-Iesalc, 2018), seguiu o entendimento de que a integração regional é absoluta prioridade. Passados 10 anos, algumas reuniões e acordos preliminares, sua implantação ainda surge como meta a ser alcançada (De Araújo Filho, 2016).

Em que pese estar sendo organizado como um espaço colaborativo, como efetivamente deve ser, há que constituir uma clara coordenação/gestão. O compartilhamento desta função entre redes ou associações, apesar de estratégia lógica, pode trazer entraves de difícil solução. O Iesalc deve assumir protagonismo nesta definição.

Também é necessário criar um fundo de financiamento permanente para sua operacionalização. Experiências bem sucedidas de espaço de integração de universidades demonstram a importância de adequado método de gestão e fomento. Do ponto de vista acadêmico, há que impulsionar ações e políticas concretas em cada universidade para dar concretude ao espaço de integração.

UMA CONCLUSÃO

A utopia da universidade latinoamericana e caribenha é tema inconcluso, é projeto que ensaia os primeiros passos. Na impossibilidade de resumir a riqueza de debates e discussões, apresentamos uma definição de missão institucional e de valores que são, muito provavelmente, comuns a muitas instituições da região, sobretudo as de natureza pública e comunitária. E reafirmamos o princípio de que a educação superior é bem público e dever do Estado.

Celebrando o centenário do Movimento Reformista de Córdoba nos questionamos sobre a oportunidade –ou necessidade– de um novo manifesto.

As sociedades mudaram, as universidades evoluíram e os desafios do século 21 são diferentes daqueles da Córdoba de 1918. Hoje, uma das mais importantes lutas é pela manutenção da universidade pública, de qualidade e acessível a todos. E da proposta de internacionalizar com foco regional, emerge uma nova utopia: definir, solidariamente entre as instituições, diretrizes comuns para ações e projetos com vistas ao desenvolvimento da região.

O momento histórico de crises e de transformações da sociedade contemporânea traz a oportunidade ímpar de repensar a educação superior e o ideal universitário. Esta é justamente a força da universidade do futuro: a esperança na construção de um mundo melhor. Pensar um novo modelo para a universidade latinoamericana e caribenha contribuirá, indubitavelmente, para a união de nações tão próximas quanto símiles em dificuldades e riquezas. E, quiçá, possa colaborar para a construção de outra América Latina e Caribe, mais democráticos, solidários e justos. Com menos desigualdade e com educação de qualidade para desenvolver o potencial humano de todos os cidadãos.

REFERENCIAS

- Amaral, L. (2017). Pós-graduação e ciência na América Latina. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, diciembre de 2017. ¡Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Cardoso Amaral, N. (2017, en línea). *O gasto por aluno*. Conferência. En O financiamento das universidades federais: alguns apontamentos. Brasília, Brasil: ANDIFES. Recuperado de <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Apresentação-ANDIFES-26092017-2.pdf>
- De Araújo Filho, T. (2016). *Cooperación académica y desarrollo regional: el papel del espacio latinoamericano y caribeño de educación superior*. En A. Maglia y F. Sosa (Edits.), 25 años de historia. Construyendo un espacio académico regional latinoamericano (pp. 245-265). Montevideo, Uruguay: Asociación de Universidades Grupo Montevideo / Universidad de la República. Recuprado de <http://grupomontevideo.org/sitio/wp-content/uploads/2016/09/LibroAUGM25.pdf>
- De Castro S., R., Araújo, G. y Nabarro, E. (2018). *O movimento estudantil na universidade brasileira*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, marzo de 2018. ¡Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- De Deus, S. (2018, en línea). *EEducação superior, diversidade cultural e interculturalidade na América Latina e Caribe*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, marzo de 2018. Leite, D. (2017). *A pedagogia da Reforma de Córdoba*

- e a integração regional na América Latina e no Caribe*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, noviembre de 2017. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Luce, M. B. (2017). *A educação superior como parte do sistema educacional na América Latina e Caribe*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, noviembre de 2017. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Morosini, M. (2017, en línea). *Educação superior na América Latina e no Caribe: internacionalização e integração acadêmica*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, diciembre de 2017. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Naciones Unidas Brasil (2015, en línea). *17 Objetivos para transformar nosso mundo*. Brasília, Brasil. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/pos2015/>.
- Netto, C. E. (2016). *AUGM: una agenda para el futuro*. En A. Maglia y F. Sosa (Edits.), *25 años de historia. Construyendo un espacio académico regional latinoamericano* (pp. 292-293). Montevideo, Uruguay: Asociación de Universidades Grupo Montevideo / Universidad de la República. Recuperado de <http://grupomontevideo.org/sitio/wp-content/uploads/2016/09/LibroAUGM25.pdf>
- Oppermann, R. V. (2017, en línea). *Papel estratégico da educação superior no desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, agosto de 2017. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Panizzi, W. (2017, en línea). *Desafios da educação superior na América Latina. 110 anos da reforma de Cordoba*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, octubre de 2017. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Rolim, . (2017, en línea). *A comunidade universitária e a educação superior na América Latina e Caribe*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, agosto de 2017. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Tavares dos Santos, J. V. (2017, en línea). *Educação superior face aos desafios sociais na América Latina e Caribe*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, agosto de 2017. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Trindade, H. (2017, en línea). *Integração Acadêmica Latinoamericana*. Conferências UFRGS 2017. Porto Alegre, Brasil, noviembre de 2017. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>
- Unesco-Iesalc (2008, en línea). *Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe – CRES 2008*. Recuperado de http://www.unesco.org/ve/dmdocuments/declaracaocres_portugues.pdf

ANEXO – O CICLO DE CONFERÊNCIAS CRES 2018 NA UFRGS

Com o propósito de fomentar a discussão no âmbito da comunidade universitária e de contribuir institucionalmente para a construção da agenda preparatória dos países da América latina e do Caribe para a próxima Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizou a edição 2017 do ciclo Conferências UFRGS. O Ciclo foi organizado pelo Grupo de Trabalho nomeado pelo Reitor Rui Oppermann; posteriormente, atendendo a convite do diretor do Iesalc/Unesco, Pedro Guajardo, à Universidade, o Professor Carlos Alexandre Netto foi indicado como Consultor do Eixo 1 - Repensando a Educação Superior da América Latina e Caribe.

As Conferências, apresentadas por integrantes do Grupo de Trabalho, foram realizadas entre agosto de 2017 e março de 2018:

Papel estratégico da educação superior no desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe, apresentada por Rui Vicente Oppermann, Reitor da UFRGS, mandato 2016 - 2020;

A comunidade universitária e a educação superior na AL e C, apresentada por Eduardo Rolim, Professor Titular do instituto de Química da UFRGS, Presidente do PROIFES Sindicato (Sindicato Docente);

A educação superior face aos desafios sociais na AL e C, apresentada por José Vicente Tavares dos Santos, Diretor do Instituto Latinoamericano de Estudos Avançados da UFRGS;

Autonomia e democracia nas Universidades da AL e C, apresentada por Wrana Pannizzi, Reitora da UFRGS por 2 mandatos, entre 1996 e 2004;

Direito à educação superior na AL e C, apresentada por Marília Morosini, Professora Titular da Faculdade de Educação da PUCRS;

A pedagogia da Reforma de Córdoba e a integração regional na AL e C, apresentada por Denise Leite, Professora Titular da Faculdade de Educação, convidada desde 2016;

A educação superior como parte do sistema educacional na AL e C, apresentada por Maria Beatriz Luce, Professora Titular da Faculdade de Educação da UFRGS, Reitora da UNIPAMPA, mandato 2008 - 2011;

Integração acadêmica latinoamericana, apresentada por Hélió Trindade, Reitor da UFRGS, mandato 1992 - 1996, e Reitor da UNILA, mandato 2010 - 2013;

Pós-graduação e ciência na AL, apresentada por Lívio Amaral, Professor Titular do Instituto de Física da UFRGS, foi Diretor de Avaliação da CAPES;

Educação superior, diversidade cultural e interculturalidade na AL e C, apresentada por Sandra de Deus, Pró-Reitora de Extensão da UFRGS, desde 2008;

O Movimento Estudantil na Universidade Brasileira, mesa-redonda apresentada por Edilson Nabarro (Servidor Técnico-Administrativo e dirigente da Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS), Ramais de Castro Silveira, e Glauco Araújo, ambos Presidentes do Diretório Central de Estudantes da UFRGS em diferentes momentos históricos;

Cem Anos da Reforma de Córdoba – Um Novo Manifesto ?, apresentada por Carlos Alexandre Netto, Reitor da UFRGS por 2 mandatos, entre 2008 e 2016.

A Professora Jane Tutikian, Vice-Reitora, e o Professor Nicolas Maillard, Secretário de Relações Internacionais, também fizeram parte do Grupo de Trabalho e contribuíram ativamente com as reflexões aqui apresentadas.

Promovido pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão, o ciclo atraiu a participação de docentes, servidores técnicos e estudantes.

O Grupo de Trabalho também participou ativamente de um Seminário Nacional sobre a CRES 2018 realizado em Brasília, em abril de 2018, promovido em conjunto pelas associações das Universidades Públicas brasileiras: ANDIFES, das Universidades Federais, CONIF, dos Instituto Federais de Educação, e ABRUEM, das Universidades Estaduais e Municipais.

Todas as conferências estão disponíveis no sítio institucional <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/repositorio>.